

A URNA DECIDE O QUÊ?

Essa e semelhantes questões — ou nada decide? quem decide por ela? e como e quando? — voltam na véspera das eleições municipais de 2004. Exatamente, até micro e municipalmente, no devido tempo:

dois anos depois da posse do dito novo governo do Partido dos Trabalhadores (PT), com voto decidido;

dois anos antes da nova eleição, talvez do mesmo governo PT;

uma década após as “Diretas, Já!”;

quinze da *Constituição Cidadã* e do fim do mundo bipolar;

duas décadas depois do fim dos tempos ditatoriais, e a quarenta dos seus começos;

há duzentos anos (em média) das independências políticas da Ameríndia;

Prognósticos confiáveis não vêm exigindo democrática distinção e distanciamentos no tempo e no espaço? Vários tipos de clima (conjunturas) acompanharam de duas décadas atrás os tempos da política (eleitoral, no dizer do povo). Quase olímpicamente reinam hoje o clima e a urna, estáveis, rotineiros, como ontem reinou o regime militar. Dos dois lados, o figurino cíclico: *pro-pagandas* (*pro-pagãos* a serem evangelizados) com fachadas, TVs, cheias de santinhos (que entram em casas, corações e mentes). Daí para as filas disciplinadas, de atendimento à saúde, de emprego, escola, de eleição sob filas policiadas. Boca de urna é problema sério do sistema eleitoral como do assistencial. Recentemente, a calma venceu o medo, entre esperança e desespero. Certa calma ao largo e ao longo da geografia de todos os mapas, dos municípios aos estados, países e regiões até a Organização dos Estados Americanos (OEA), que resulta estranha qualquer área de *instabilidade* que macular possa — título acima? — a ordem democrática. Alguma frente de frio ou calor extremos? Qualquer onda insurfável no horizonte? Sabe-se: atrás da calma chega a tempestade...

Bem comparados, o clima autoritário ditatorial contamina o clima eleitoral? Os dois se alternam na América Latina adentro, de dois séculos, aprofundam-se nos tempos do Império, militar-eleitoralmente econômico. Urnas sempre vigiadas, calibradas na escala de aparelhagem política. O governo dos Estados Unidos, sob sinistros nubarrões democráticos na região, deu um toque para o intervalo. A bala no Chile de tradicional urna firme, protegida por exército “obediente à autoridade civil” (ancestral 11 de setembro de 1973). Vez da bola para as urnas uruguaias, na “Suíça da América”, para o Brasil — arrocha, ditadura, em Atos Institucionais, frios —, com morno respeito aos poderes do voto a congressistas. Foi clima tão militarizado continente abaixo, em quinze países observados pela Organização das Nações Unidas (ONU), que os tempos e os espaços não tardaram em dar sinal de mudança.

A erosão do socialismo soviético e sua derrubada em 1989 acabou com a geografia ocidental “rachada”. Mundo “unipolar” e capitalismo de mercado conjugavam de novo: tornaram custosa e desnecessária para os EUA tanta ditadura (a militar). De alto risco, até, para a estabilidade sustentável da dominação imperial. Portanto: “*Instalem-se as urnas!*” — grito democrático pipocando, do coração do sandinismo até a Patagônia. Sabemos que nos últimos 25 anos os golpes militares (menos os brancos?) de Estado pararam. Brilhou até hoje o regime democrático dos mercados políticos, equilibrando-se com a liberdade das mercadorias irem e virem.

Agendas de urna periódica, calendarizada(nte) — um a quatro anos — nova estabilidade política. Poder (cracia) do povo (demo). Na igualdade matemática do voto: todos os dedos de todas as mãos, iguais: um indivíduo x um voto x um cidadã(o) x uma decisão (claro, nem tão clara que se exclua o voto indeciso, branco, nulo, inválido mesmo...). Tudo com direito igual a entrar na urna. Tudo fiscalizado — até e, sobretudo, boca de urna, proibidíssima... Estas, urna e boca, alargando-se: pela propaganda, o mercado do voto, corrupto, avança... Acima de muitas dúvidas. Tempestades e calmarias. Teve e tem ainda fraquezas desta verdadeira fé democrático-eleitoral: “*Creio e não vejo*”, insistem os indecisos. Apontam “crises” que, em outros climas políticos, derrubariam governos. Isso não seria algo externo (externalidades) à vida política? Eles distinguem dedinhos e dedões: decisões macro-econômicas, lucros e inflação, déficits, privatização do público, câmbio de moedas desequilibrado...

A digestão desses caroços se dá nas urnas: certa *prestidigitação* (agilidade de dedos — dedinhos e dedões) antes, durante e depois. A “contagem” de

votos, por exemplo, arma-se e é armada. Bush e Cia., da democracia eleitoral mais firme (!) do mundo, chegaram a concordar em parte com a eleição que abre o documentário **Fahrenheit 11 de setembro**: “*O roubo eleitoral não foi tão simples como Michael Moore descreveu*”. Complexa é a preparação remota e próxima do jogo cívico, complexa a abertura da urna. E as contagens? Provocam emoções ascendentes (de partidos, candidatos, fiscais, alianças). Quem tanto se preocupou com a boca de urna preste maior atenção aos seus fundos. **Fahrenheit** prestou. E viu e contou: “*Al Gore na frente, ganhando, ainda, até o último minuto da contagem — o povo mais democrata acompanhando —, quando daqueles últimos votos veio a enxurrada do ‘vira urna’: é Bush, é Bush*”. Mídia interativa à toda, no “Voltar, Já!”. Salvos sempre os dedos (a começar dos dedões...).

De modo, jeito e maneira que, vistos desde os anéis de urna, nesses 25 anos quase se firmou a fé no “valor universal” dessa democracia. A urna decidindo, sim, pelos títulos eleitorais de direito: ampliado a centenas de milhões, também de mulheres, e hoje até de adultescidos por decreto... Quase: porque vira eterna e árdua, entre militantes democratas, a tarefa de manter essa fé eficientemente sacramental nesse direito (no Brasil, obrigatório) de enfiar voto representante da vontade geral.

Para isso, a democracia eleitoral, sobre a mola da urna, se renova e atualiza, morre (parece que) mas renasce, vira relativa para absolutizar-se, elitista até vulgarizar-se, eleitoreira enquanto os fiscais se modernizam rede afora. Os Tribunais Eleitorais e Cia. se empenham em acabar logo com o eleitor *analfabeto político* e, depois, com os similares candidatos (acaba de instalar-se o vestibular para inscritos a vereador). Criatividade a destacar é a urna eletrônica, verdadeira tecnologia *net-eleitoral* de ponta que Brasil exporta. Talvez seja o germe da democracia *digital*, computadorizada. Jogadas e agilidades, de dedo, contagens, propagandas, fiscalização, arapongagens... Tantos dribles, portanto, é que fazem pintar o GOOOOOOOL! Pintou. Pronto? (Em futuros Editoriais, valerá a pena ver de perto e de novo cada falha, cada retrocesso e avanço, cada limitação e vantagem empírica, científica e estatisticamente. Em cada mapa — municipal, estadual, regional, nacional, latino-americano — de cada conjuntura).

Aqui abrimos conversa sobre a *boca de urna digital* à luz da pergunta igualmente aberta: “*Urnas decide?*”. Fechemos o campo de observação nas urnas em implantação nos territórios (até internacionais), com a proliferação de “*bolsões*”, áreas geográficas eleitoralmente improdutivas, com povo vulne-

rável, inquieto... Aí, o crescimento do *nhém-nhém-nhém* popular faz com que se vote muito menos. Muitíssimo pior: em branco, nulo, e do *nhém-nhém-nhém* passa-se ao clima do voto *ném-ném-ném*: abstenção. Voto ameaçado de não representar? Daí peritos divisam falha séria na rede (malha fina e grossa) de urnas: *voto anêmico* (conteúdo de voto indeciso?, de voto indecisivo?). Problema agravado ou compensado com esquemas respectivos de segurança (do Exército mesmo) quase total (continental). E tais áreas, pardas, negras, geram ou manifestam os tais “movimentos de minorias”.

Nunca a urna, sempre consagrada, indevassável, permitiu tanta suspeita como a da pergunta garrafal destas maltraçadas. A questão nasce externa — mesmo que dos tais bolsões. Recontagens. Re-versões. Mas cresce o número e o peso dos Tomes-tenho-pouca-fé-quero-ver. Devassa interna à vista? Só vinda de qualquer doido ou mago, a ousadia. E tal é a recente ficção de “Branco, voto branco” (de José Saramago) — trazida aqui apenas na espera, ansiosa e já longa, perplexa, pelos politólogos e negrólogos. Nosso virtuoso Nobel da Literatura portuguesa descobre e dá vida ao vírus da anemia, na barriga de aluguel de alguns comícios eleitorais: dessa população, mais de 80%, no dia U(rna), decide votar *em branco*. Só doido pedirá ao mago explicações: ignorância? analfabetismo mesmo? preguiça?. Fosse germe revolucionário, as esquerdas já teriam privatizado o cultivo. São, porém, os mais realistas gestores de urna, direita estabelecida, intelectuais seguros que reagem: “*A urna parou de decidir? Pode não!*”.

Pasmo: a conscientização encarna no policial, delegado (mais que por Saramago) pelas Instituições — “*Quem assinou este pacto por mim? Quem decidiu por mim?*”. Está aberta a luz amarela para o caminho da Lucidez. Lúcida é cega, única a se salvar da epidemia de cegueira política globalizada (pensamento único). Entra em cena a protagonista, traçada a dor, ironia e resistência, raio surgido da entranha de culturas tão primordiais como anônimas. Do fundo de certas urnas pode abrir-se o novo manancial de poderes: “*Duvido democraticamente, logo existo!*”.

As reações do *poder instituído* enchem boa metade do tempo do presidente da República, chefe do Supremo Tribunal Eleitoral, primeiro-ministro, presidentes do Senado e dos Congressos na escala toda... Param, saem do país e param, reunidos com os representantes municipais (poderes *glocais*), à caça do vírus. “*Clandestino ele é!*”. “*Fabula de te narratur*”, “*Aplica-te a história!*”, traduzem os pesquisadores do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Porque real, certa anemia democrática toma

conta da região virtualmente. Esse famoso Programa da ONU publicou seu **Informe** sobre 2002, cujo título é **A democracia na América Latina: rumo a uma democracia de cidadãos**.

O mago plagiou o PNUD? Os consultores plagiaram o sábio? Sem maior lúcida ciência, da nossa parte alertamos o público-alvo e nos alertamos para a “nova substituição” de boca de urnas. Enquanto aparelho estratégico imperial, a urna tradicional mostra estar falida. Os homens sondam, devassam, manias de possíveis novos instituintes “clandestinos dos movimentos sociais”. A novidade que entra na cena latino-americana é a Urna Cidadã, Senhora do Destino de Lulas, pela tradução direta de Institutos da Cidadania. A ela, a decisão. As mudanças de clima, digo, de voto, digo, de democrática máquina eleitoral, fizeram-se notar na passagem do milênio. A nossa questão passando de “a urna decide o quê?” para “que boca de urna decide melhor o mesmo?”.

“Após os anos 80”, explicam os historiadores da atualidade 2002 do PNUD “bem aproveitados”, teríamos perdido os 90 e estaríamos ameaçados pelas urnas clássicas. Vai ver que nos afastamos da Constituição Cidadã, ou fomos dela afastados por aproveitadores. Sarney *dixit*: “Não poderás governar com esta Constituição”. Cuidado! O passo institucional é mais leve, no chão das governabilidades, em todos os mapas: de alto a baixo, do México dos zapatistas à região andina (Venezuela anda “bolsão de bolsões” sob Urnaço referendium eleitoral nestes meses), Mercosul adentro (fenômeno lulista na aliança com o sub-imperialismo europeu), até o Chile. Os assessores da nova gestão eleitoral explicam: “Ainda se prefere a democracia como sistema político, mas se desconfia dela! (...) Quase a metade da população entrevistada (48,1%) prefere o desenvolvimento econômico à própria democracia. Uns 44,9% apoiariam um governo autoritário se este resolvesse os problemas econômicos do país”.

Este o diagnóstico a partir dos sintomas: temos na América Latina uma “democracia de baixa intensidade, só eleitoral” (os cidadãos podem votar); falta a democracia cidadã, porque “democracia é cidadania”. Ora, boa parte dos cidadãos não se sente como tal. (“Sentir-se e ser” é articulação que exigirá traduções da mídia para as médias mentes — e as barrigas a médias?). Cidadania “é aquele status que se concede aos membros de pleno direito de uma comunidade” (a tradução, sobretudo do “se concede”, deveria pedir-se ao lá citado T. H. Marshall). Tudo isso conversa antiga, nhém-nhém-nhém, agora circula e se desdobra pelo claro avesso, em compartimentos re-produzidos:

1. Déficit da clássica e geral (dos tempos do Império Romano) cidadania;
 2. Déficit de cidadania social, com desigualdades internas: *“Dezesseis dos dezoito países considerados podem ser catalogados como extremamente desiguais”*. E de cidadania civil: *“Não estão plenamente implantados os direitos para a liberdade individual, (...) o direito à propriedade e (...) o estabelecimento de contratos válidos e com segurança jurídica (...)”* (o sublinhado é nosso);
 3. Déficit de cidadania política: *“(...) Os não-democratas constituem 26,5% da população e os ambivalentes (de acordo com a democracia mas crentes de que vale tomar decisões antidemocráticas) na gestão de governo são 30,5%. Ou seja, mais da metade dos cidadãos não estão comprometidos coerentemente com o sistema democrático”* (Fora das urnas? Arma-se a caixa de papelão...);
 4. Déficit de reformas econômicas, que decepcionam: *“Na década de 1990 se instalou como promessa de desenvolvimento o Consenso de Washington, que (...) não reduziu sensivelmente a pobreza, aumentou a desigualdade e jogou amplos setores da população na economia informal”*;
 5. Déficit de Estado? Devagar! De olho na *mecânica substitutiva* ganhando *dinâmica*. Joaquín Estefanía e companhia, assessores do PNUD neste **Informe**, medem palavras: *“Maior fragilização do Estado. (...) Um Estado sem poder é uma democracia sem poder (...) para influir, controlar, regular, resistir às tendências hegemônicas nos planos econômicos ou políticos. (...) O Estado em algumas regiões tem desaparecido virtualmente, aí operando as legalidades mafiosas”* (segure a Amazônia, Marina de terra e matas, agora com o projeto de privatização disfarçada da floresta, segurança total dos paramilitares na Colômbia!);
- O diagnóstico parece tanto com uma confissão que assume (mais um anel para o dedo...) a existência persistente (anti)cidadã dos “sete pecados capitais”. Às omissões, o PNUD superpõe opostos superávits:
6. *“Os novos poderes de fato. Multiplicação dos grupos de interesse, poderosos lobbies. A extensão do narcotráfico, com seu duplo desafio: por uma parte, tenta controlar alguns dos aparelhos estatais e dos territórios; por outra, atrai a atenção dos EUA, que gera novas formas de pressão externa. E os meios de comunicação que atuam como suprapoderes que limitam a soberania das instituições públicas”* (Bocas de urna em *blablababás* — e sem escova de dente?);

7. A *naturalidade* da corrupção (velha concupiscência pré-Freud, material das *Globezas* novelísticas) impregna como um fedor parte muito significativa da sociedade: “44,1% dos cidadãos pesquisados estão de acordo em pagar o preço de certo grau de corrupção, sempre que as coisas funcionem...”.

A esta altura (cumprе avisar que esse último sublinhado foi nosso) do mal-estar do público-alvo do PNUD, dos bolsões e dos “públicos-bolsões em movimento”, está aí a urna pelo avesso, devassando-se em sua “função estrutural, máquina”. Donde deixamos de lado as distinções entre dinheiro “limpo e branco” e dinheiro “sujo e negro”, com seus “efeitos devastadores sobre instituições e dirigentes políticos”. *Boca-Urnocracia* é a questão. E a “produção” da sua mecânica, em ameno cordel¹:

No princípio era o homem,
não havia máquina sobre a face da terra...
Certo dia, o homem se sentiu só
e viu que precisava de uma auxiliar imediata;
o homem maquinava a máquina
(a máquina esperava pelo homem).
E o homem criou a máquina
(a sua imagem e semelhança)
e viu o homem que a máquina era boa.
Mas a máquina cresceu e passou a triturar o homem
(multiplicou-se e o excluiu).
A partir daí, o homem passou a esperar pela máquina,
e eis que filas quilométricas
surgiram em toda a face da terra...
A máquina conspirou contra o seu criador,
criando o império virtual.
A criatura, enfim, dominou o criador.
O criador percebeu, nostálgico,
que vivia num mundo mágico
até o dia em que cria a dor:
a dor da espera enfadonha,
a dor da dispensa medonha.
Agora, reverente e resignado,

1. De autoria de Carlos Alberto de Assis Cavalcanti, professor do Centro de Ensino Superior de Arcoverde, capturado na web.

lá está o criador diante da criatura,
maquinolatria?!
Numa fila qualquer,
na indigesta procissão,
pra receber o seu saldo
ou talvez a extrema-unção.

Dentre e ao lado das filas, alinham-se em cerco às Urnas “outras” criatividade, menos maquidolátricas. É a área em que aparece a cega do **Ensaio sobre a Cegueira**, promovida a *índia anti-brancose*, protagonista no **Ensaio sobre a Lucidez**. Os movimentos indígenas (Chiapas, Quito, Altiplano boliviano, Amazônia etc.) levantam cercos e barreiras, do tipo Raposa-Serra do Sol, mal pesquisados. Nem andam sós, porque se reproduzem nas Rocinhas de capitais e, no interior, entre roceiros sem-terra-nem-emprego. Apontam *para e como* indicadores de *identidades*, indigestas nos herdados processos urnocráticos. “*Que urna pode decidir melhor?*” — é a nova pergunta. Lúcida: nem parece ir além da “Igualdade, Liberdade e Fraternidade” da bicentenária Revolução Francesa. Decidir melhor (passo a passo) não é decidir tudo. Lucidez da mulher cega, tão cega como segura e oposta ao caos. Pesquisas acadêmicas descrevem em geral “uma” América Latina unitária: poderiam elas identificar a geografia geral dos bolsões anêmicos?

As práxis sociais concretas vieram, de tempos, dando conta da tarefa: histórias dos movimentos populares de sucesso relativo entrecruzado com fracassos menos fatais. O desafio dos mapas pós-democracia-“*urniversal*” é *conjuguar lutas* sob contradições, como as dos povos andinos: aparelhos de repressão *versus* jeitos de resistência *versus* cooptações, mobilizações tão particulares como as da sobrevivência digna, além das migalhas de caridades (aí vem o Oscar Social Brasil 2006); tensão aguda de recursos vitais para as maiorias sobreviverem (terra, água, ar, matas, leis de urna e propriedade) *versus* estes mesmos recursos açambarcados pelo grande capital (secular latifúndio tornado agronegócio de exportação); reclamação do orçamento social *versus* contingenciamentos das seguranças privilegiadas; igualdade entre os grupos que compõem as maiorias (negra, pobre, cabocla) *versus* brancas liberdades oligarcas.

Mas, cuidado! Não é qualquer “*outra boca-de-urna possível*”, fóruns etc. que resolvem a passagem das redescobertas “*identidades*” em pressão sobre o sistema. Longe de ameaçar, roupagens culturalistas embelezam candidatos instituídos. Mercados de opinião e voto (turísticos, esportivos, musicais,

mediáticos) *volk-lorizam*. *Multiculturomercadologia* aplicada. Sem fim? A vida sendo uma luta, resiste às armas da morte e, do outro lado, estimula a reprodução agônica. Tem, de fato, para os trajetos da democracia eleitoral por áreas de tensão identitária, novo painel de monitoramento do PNUD 2004. Substituição reprodutiva de meios de decisão via urnas. Para o eleitorado, povos emergentes, vale o **Informe 2004**, consagrado “*à liberdade cultural num mundo diversificado*”. Qualquer liberal candidato acha isto “revolucionário”, as políticas identitárias resgatando a dignidade humana coletiva etc. etc. etc.

O ponto e função: “*é uma necessidade para o pleno desenvolvimento das sociedades cada vez mais diversificadas do século 21*”. Pleno pela metade: até o “uso da própria língua por cada comunidade”, até a correção monitorada do “federalismo assimétrico”. Por exemplo, as “autonomias” políticas hispânicas (Galícia, Euskadi, Catalunha) e o Estado central precisam reequilibrar-se para evitar “guerras étnicas” como as que insistem em mascarar a ambição pelo petróleo no Iraque, muçulmano ou não, na Venezuela pró ou contra Chávez? Realmente os indicadores e os traços da nova *boca de urna*, digo, do painel monitor recortam (parênteses nossos) a favor da estabilidade na paz da ordem: “*A globalização liberal está destinada a fracassar se não favorecer o respeito e a proteção das identidades e das liberdades culturais (e político-econômicas) dos povos minoritários. Muitos grupos étnicos ou religiosos discriminados ou marginalizados respondem a essa exclusão (e a outras, até mais urgentes) com um forte ativismo político que, pela sua radicalidade, pode virar ódio às demais culturas e produzir mortais (mesmo) enfrentamentos culturais*”.

Os povos indígenas da Bolívia vieram insurgindo-se nos últimos anos, derrubaram um presidente (como os piqueteiros da Argentina?) e se confrontam com o atual, acertando agora “outra conjugação possível” de lutas e mais sustentável:

Organizações Indígenas e Originárias do país, reunidas em Camiri (entre 2 e 4 de agosto de 2004), selamos um pacto de unidade para defender nossos direitos (...) de povos indígenas, com direito a consulta prévia a qualquer projeto energético (...). O governo de Carlos Mesa burlou-se mais uma vez de nós nas terras altas, passando por cima dessa consulta (...), tentando regulamentar via Decreto Supremo o destino dos recursos energéticos, como nas épocas de ditadura (...). Os povos indígenas vivemos onde estão esses recursos e somos os que

enfrentamos dia a dia as empresas petrolíferas que avassalam nossos territórios, nossas casas, nossos roçados, nossas águas, nossas matas e nosso jeito de vida coletiva (...). Declaramo-nos, desde hoje, em emergência nacional e planificação de mobilizações e advertimos que, caso não sejamos ouvidos, convocaremos ao levante indígena originário, convencidos de que nem este governo nem os partidos políticos do Parlamento poderão tirar nossos direitos (*segue a assinatura dos representantes de 25 povos indígenas e oito associações camponesas*)

A identidade cultural anima, portanto, esse e semelhantes grupos como instituintes de novas relações com o Estado, com as Leis, com os partidos. Antes de tudo, nova relação com os recursos vitais em leilão nas bocas-mercado-de-urna. Porque são meios de vida, invendáveis. Quase todos os grupos empurrados a semelhantes fronteiras sofrem criminalização: puxados ao confronto direto, selvagem dominação imperial, passam por *bárbaros, primitivos* etc. *Civilizar-se como, a partir da relação senhor-escravo?*

Alternância de pressão social, lutas até armadas (quase uma centena, e muitos mais feridos, no Altiplano da Bolívia entre 2002 e 2003), a par com o voto esvaziado nas urnas, de menos a mais “branco”, porque de povos decididos. São os novos eleitorados: exércitos, desarmados ou de homens-bomba, em todos os *Iraques*. Até conseguirem, em algum dia de novos calendários (os povos indígenas articulados já chegam), imponham Constituições também intranacionais, plurais, *de e para* “autonomias” específicas, propriedades de “outras funcionalidades são possíveis” (cf. **Constituição da República Federativa do Brasil**, 1988, artigo 186).

Um mínimo denominador comum de convergência de rumos e decisões desses movimentos (bolsão de fato) mal pode surgir da retórica parlamentar. Mal o voto é gerado, gestado, depositado, contado, somado (na urna sobre os bolsões), uma centúria de multinacionais engole tal gesto e o fetichiza, funcionalizando-o. Entrou o voto em Lula e saiu o gestor Meirelles. Reclama-se: “*Voto seqüestrado!*”. Mas você não enfiou voto com poder *delegado*? Então o entregou aos comissários submissos do Império...

A delegação impõe-se embrulhada: debates de campanha sobre tudo — ecologia, cartão-família, fenômenos e medalhas, Fome Zero — no *show* festivo das feiras-leilões de decisões. *Dis-traições*. Digitalidades da nova prestidigitação de mesma mão invisível do mercado, metida de fundo a boca de urna. Ela puxa já um rim, meio fígado, o olho... Seqüestro da decisão popular via leilão doador de órgãos. Incontestável... a não ser pela contesta-

ção e pelo enfrentamento (*brancose nos seqüestradores*), que vira deliberação coletiva de deixar na urna a *bomba* que ela contém.

O CEAS não está pregando, portanto, o voto em branco da democracia decadente. A *brancose* é fetiche, estrutural e já desmascarado pela crescente insurreição. A *convergência estratégica popular*, então, virá apontada pela diversidade de caminhos mais ou menos próximos de cada região. Tudo indica que não sejam originais as ditas “populares contra-boca-de-urnas” (cuidado com o conselho do inimigo!).

Diversidades. Na Colômbia, por exemplo, cresceu por quatro décadas a própria luta armada camponesa, (mal)combinada com pontuais alianças e pleitos eleitorais. No Peru, Brasil e Argentina, entre outros, militantes de guerrilha se incorporaram aos processos eleitorais a partir de estratégias divergentes: modernização, realismo, tolerabilidade pelo grande capital oligárquico, candidato a presidente palatável (*palulatável*), surgimento de forças tipo as bolivarianas (tentando, nestes dias na Venezuela, novo leito institucional).

Novidade nenhuma para a pergunta “*o quê as urnas decidem?*”. Elas, simplesmente, desde qualquer anel da rede das periferias do mundo, *param* de decidir. Elas têm muito da fachada do cego e falido poder senhor ocidental que, de *demo-crata* tornou-se, aos pulos de fera, *pluto-crata*. O avesso desse poder recupera-se de servidões milenares pelo braço, pelo sentimento e pela consciência sempre mais lúcida de outros poderes.

A universalidade mecânica dos sistemas em geral, do eleitoral em particular, “desmancha-se” sob as diferenças, atiçadas pela geral desigualdade social. Falou-se em Humanidade, humanitarista. Abstração. Surgem daquela nuvem grupos de indivíduos, originários, fiéis a outros estratos da história, a outras lógicas, no meio das ditas grandes massas: em movimentos em longo prazo, insubjugáveis ao Império. Este, por sua vez, mal esconde as unhas da globalização econômica, mas avança já na contramão democrática, na contradição lógica. Caem seus administradores nas sucessivas arapucas em que se tornam as disfunções das urnas. Estas se desatualizam desse lado. O povo desconfia. *Ver* (nem só na telinha) *para crer*, embora o maior contra-indicador reste, a grande boca de urna mercantil armada na mídia.

Levantemos algumas urnas.
Fede o que está debaixo.
O que fazemos com elas?
Amar? Odiar?

Não temos respostas sobre o que fazer, apenas a certeza de que o caminho continua a ser o aumento da consciência e da organização dos movimentos populares, somado à pressão e à ação a partir das alternativas concretas que se colocam em cada tempo e lugar.

CADERNOS DO CEAS